

A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA COMUM

Laura Serpa¹

RESUMO

Este trabalho apresenta questões referentes à prática inclusiva de alunos deficientes em escolas de ensino regular. Inicialmente, abordará algumas considerações importantes sobre o conceito da palavra inclusão, com o intuito de elucidar aspectos que a diferem das práticas de integração e normalização. Mostra, também, como deve ser uma prática inclusiva, e a importância do professor, da sociedade para o bom andamento desse processo. A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial. Nessa perspectiva, os desafios que temos a enfrentar são inúmeros e toda e qualquer investida no sentido de se ministrar um ensino especializado no aluno depende de se ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes. Em outras palavras, depende da fusão do ensino regular com o especial. O presente trabalho trata da importância da inclusão do portador de necessidades especiais auditivas na escola regular.

Palavras-chave: Inclusão - Educação - Alunos Deficientes

INTRODUÇÃO

A integração dos portadores de deficiências tem sido a proposta norteadora e dominante na Educação Especial, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação em vários países, incluindo o Brasil.

Elaborada em 1972, na Educação Especial, por um grupo de profissionais da Escandinávia, essa proposta baseou-se no princípio de normalização que apregoa que todas as pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir de condições de vida o mais comum ou “normal” possível, na sociedade em que vivem garantindo assim

¹Pedagoga com habilitação nas séries iniciais e em Educação Especial, Pós-graduação em Interdisciplinaridade, Aperfeiçoamento em Educação de Surdos pela Fundação Catarinense de Educação Especial. Mestranda em Educação pela Universidade de La empresa.

seu direito de ser diferente e de ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade.

Acredita-se que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos deficientes. Em consequência, a educação inclusiva adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, o dos deficientes, mas especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

A situação tem se arrastado pelo tempo e tem perpetuado desmandos e transgressões ao direito à educação e à não discriminação e grande parte das vezes por falta de um controle efetivo dos pais, das autoridades de ensino e da justiça em geral sobre os procedimentos das escolas para ensinar, promover e atender adequadamente a todos os alunos.

Os caminhos até então percorridos para que a escola brasileira acolha a todos os alunos, indistintamente, tem se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregativo e conservador do nosso ensino, em todos os seus níveis: básico e superior.

Na prática inclusiva, no entanto, percebe-se que mesmo aqueles alunos que se encontram inseridos no sistema regular de ensino continuam sendo isolados dos seus companheiros de turma não-deficientes e, de certa forma, rejeitados pela escola e professores. Isto tolhe a oportunidade deles desenvolverem amizades e de se socializarem

1. REFLETINDO SOBRE A INCLUSÃO

A educação inclusiva permite que os alunos com deficiências tenham uma educação o mais próximo possível do normal. É uma prática de vanguarda, pois permite com que a escola atue em seus diversos segmentos, possibilitando a integração de alunos que dela fazem parte. Para isso conta com altos padrões, pois existem elevadas

expectativas para que as crianças alcancem seu máximo potencial, em atividades desenvolvidas de acordo com o processo de cada uma.

A inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades dos alunos. Ou seja, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino poder integrar o portador de deficiência à sociedade e poder se desenvolver e exercer sua cidadania.

Criar leis, determinar normas para a implantação de políticas mais democráticas e inclusivas, demonstram um avanço social e a busca pela igualdade e a democratização; porém se não forem asseguradas na prática, as reais condições para que isso ocorra, infelizmente estas propostas correm o risco de rapidamente serem deixadas de lado ou caírem no esquecimento, devido às inúmeras dificuldades encontradas.

Pelo fato de a inclusão ser um tema recente fomenta constantes discussões, promovendo debates em torno da problemática causada pela sua inserção de modo impositivo, não ocasionando a integração social que tanto ela propaga. Portanto não podemos dar como concluída a nossa pesquisa por ainda estarmos buscando instrumentos teóricos necessários para a compreensão do processo de Educação Inclusiva.

Neste sentido a escola precisa se organizar, para atender as diferentes necessidades dos alunos, buscando alternativas curriculares, metodologias, métodos avaliativos, adaptando materiais, como também adequando os espaços físicos e os profissionais. Podemos observar a postura desses autores europeus, que destacam as responsabilidades da escola no atendimento pedagógico aos alunos especiais.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A antiguidade foi um período de rejeição, descriminação e preconceito do deficiente. Nessa época os deficientes eram excluídos do convívio social por serem considerados seres anormais.

Conforme Correia (1997 apud CARDOSO, 2003, p. 15) “na Roma Antiga, as crianças comprometidas com alguma anomalia eram rejeitadas e jogadas nos rios, assim como na antiga Grécia elas eram abandonadas nas montanhas, o que contribuía

para a sua morte. Esses dados eram constatados pelos povos romanos no início do cristianismo”.

A Idade Média é marcada pelo descaso e maus tratos aos deficientes. No fim deste período histórico, os deficientes começam a escapar do abandono, passando a ser acolhidos em algumas instituições.

Segundo a mesma autora, na Idade Média nos países europeus, as pessoas com deficiência eram asiladas as crenças sobrenaturais diabólicas. Ao final da Idade Média alguns deficientes mentais eram tratados em hospitais, enquanto outros ainda eram queimados em fogueiras como feiticeiros. Mais tarde, os deficientes passaram a ser olhados com piedade, as instituições (igrejas, conventos) abrigavam essas pessoas como demonstração de caridade, associava a deficiência como pagamento do pecado.

No período do Renascimento, alguns médicos desaprovam os maus tratos existentes com as pessoas deficientes. Para acolherem essas pessoas, criam-se instituições. De acordo com Márquez (2001 apud JUNKES, 2006), a primeira instituição para atender pessoas com deficiência surge no século XIII, na Bélgica. Nessa época manifesta-se o desejo de mudanças de atitudes para com o deficiente. Nos anos anteriores a 1837, o doente mental e o deficiente mental, eram tratados como pessoas com a mesma deficiência. Como relata, a mesma autora a partir de 1837, surge a primeira instituição escolar para atender pessoas com deficiência mental. Nesse período, o deficiente mental e o doente mental passaram a receber tratamentos de formas diferentes.

Na Idade Moderna, surgem explicações para o entendimento das condutas anormais das pessoas deficientes. Como relata Márquez (2001 apud Junkes, 2006) Nessa época (Idade Moderna) aconteceu uma mudança em relação ao comportamento anormal do deficiente. Criam-se os estudos científicos sobre a deficiência mental, assim como na área da deficiência auditiva.

Para Junkes (2006) a Idade Contemporânea foi uma época em que a sociedade começou a refletir sobre o deficiente. Com essa nova visão da sociedade, as atitudes para com as pessoas com deficiências, se modificaram e surgem oportunidades educacionais para os mesmos, considerando o deficiente como diferente e cidadão digno de seus direitos.

No início do século XIX como relata Jimenez (1993 apud CARDOSO, 2003) é criado o período da institucionalização das pessoas com deficiência a partir daí surge a

Educação Especial. Os deficientes começam ser atendidos mais em caráter assistencial que educativo, com isso inicia-se o período da segregação.

Segundo Correia (1997 apud CARDOSO, 2003) no século XX ocorre a desinstitucionalização e também a educação escolar para deficiente mental. No Brasil, conforme Bueno (1993 apud CARDOSO, 2003) na década de 70 surge as instituições públicas e privadas e com elas as classes especiais. Na década de 80, inicia-se a integração educativa como opção, mas se defendia que a educação de pessoas com necessidades especiais, se possível deveria ser feito na escola regular. Em 1994 surge a Lei Salamanca, segundo a autora já citada, essa lei propõe a inclusão de toda e qualquer criança no ensino regular, não dependendo de suas condições físicas, sociais ou culturais.

3. COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DA LIBRAS ENTRE ALUNOS SURDOS E OUVINTES NO ENSINO REGULAR

A inclusão dos deficientes auditivos na escolar regular vem sendo abordada a partir de diferentes perspectivas, dentre elas os direitos da pessoa com deficiência e o exercício da cidadania, a exposição à língua de sinais ou ao português e a modalidade de ensino. Porém, ainda há pouca discussão sobre a implementação da inclusão escolar, em especial sobre a percepção dos professores envolvidos nesse processo.

Em nosso universo, o problema básico que o aluno surdo enfrenta para a sua inclusão diz respeito à comunicação. Apesar de, há muito tempo, já se ter noção de que este aluno tem condições de desenvolver uma linguagem oral, ainda hoje vemos um grande número de pessoas surdas fazendo uso da linguagem de gestos, mímicas, e não utilizam a linguagem da LIBRAS.

Acreditamos que por meio dessa interação, ocorrerá a aprendizagem. Foi na qual nos dispusemos a divulgar a LIBRAS como o meio de comunicação dos surdos. Analisando esse contexto, o aluno surdo sendo realmente incluso, teria o direito respeitado, em ter a língua Portuguesa como sua segunda língua e a LIBRAS como sua língua oficial, já que a comunicação entre surdos e ouvintes através da língua dominante

seria muito difícil, pois o surdo não conseguiria exprimir as suas idéias e acabaria por não ser compreendido.

Goldfeld (1997, p.111) aponta que, “mesmo que o português demore em ser aprendido pela criança surda, se esta estiver exposta à cultura ouvinte, brasileira no nosso caso, ela absorverá vários aspectos desta cultura como os esportes, roupas, alimentação e vários outros aspectos”. Por isso, a vivência de um surdo é, antes de tudo, de isolamento, por conta de não lhe possibilitarem outras situações de comunicação.

Segundo Souza (2003) uma das demandas de uma parcela relevante de surdos é de que a sua língua seja reconhecida como legítima na escola e de que professores e colegas não os tratassem como deficientes, mas sim como pessoas que utilizam um sistema lingüístico nativo. Assim sendo, a escola diminuiria a expectativa de que um aluno surdo teria baixo desempenho escolar, já que o considera como deficiente e o surdo teria acesso ao currículo em língua de sinais. A proposta de uma educação bilíngüe² aos surdos também aponta para outros benefícios.

O objetivo da educação bilíngüe é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-lingüístico, equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas Línguas: a língua de sinais e a majoritária (LACERDA, 1997, p.114).

Há propostas educativas que visam a educação bilíngüe. Segundo estudos de Bouvet (1990 apud LACERDA, 1997, p.114) “as línguas de sinais são adquiridas pelos surdos com naturalidade e rapidez, possibilitando o acesso uma linguagem que permite uma comunicação eficiente e completa como aquela desenvolvida pelos ouvintes”.

Um dos resultados da apresentação da LIBRAS é o envolvimento dos ouvintes com o mundo dos surdos. Aos alunos do Ensino Regular levam para casa em seu dia-a-dia a experiência da comunicação de uma nova linguagem – o que acaba transcendendo as paredes escolares, tendo então o seu caráter social.

Esse artigo 1º da lei nº. 10.436 de 24 de Abril de 2002³, prevê uma iniciação ao cumprimento de uma lei sancionada pelo Ex Presidente da República Fernando Henrique Cardoso onde diz: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associada. Esta lei no restante de seus artigos prevê que haja a difusão da Libras como

² Ensino de duas línguas em sala de educação de Surdos (Falar duas línguas ou falar uma oral (L.P) e outra sinalizada (L.S).

³ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 06 maio 2006.

meio de comunicação das comunidades surdas; garantia de que receberão tratamento adequado em qualquer instituição pública. Esta Lei foi decretada pelo atual presidente em 22 de dezembro de 2005 sob o nº. 5.626, no qual regulamenta o Artigo 3º da lei dizendo que: A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Mesmo antes desse decreto, já se observava à relevância que este tema traz à sociedade, pois muitas instituições já se preocupam em oferecer este curso não só a acadêmicos e professores, mas também à comunidade em geral, que busca cada vez mais o conhecimento dessa Língua para não se sentir alheia ao universo dos surdos.

A atual política educacional brasileira inclui, em suas metas, a integração de crianças e jovens portadores de necessidades especiais no ensino regular, com apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário. A oportunidade de convívio com alunos ouvintes, torna possível ao surdo ser capaz e desenvolver-se em todos os aspectos, inclusive no ensinamento de sua língua materna, que é a língua de sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais características da vida moderna é a de o indivíduo produzir para sobreviver, porém muitos são os excluídos da sociedade e nesta parcela encontram-se também as pessoas com deficiência. Diante desta realidade podemos dizer que a inclusão é clara e esta presente também na educação nos últimos tempos no Brasil, as políticas neoliberais implantadas pelos governos, só tem agravado a situação da população como um todo, pois a maior parte das verbas é direcionada para as grandes indústrias deixando para segundo plano o bem estar social.

As pessoas com deficiências já tão discriminadas no passado, ainda sofrem com esta realidade, pois apesar de existir um discurso político a respeito da igualdade social e a criação de algumas leis específicas que garantem os direitos dessas pessoas, na prática esses direitos são pouco respeitados. Certamente que a inclusão é um direito garantido por lei a pessoas com deficiência, mas para que isso ocorra de forma real é

necessário que haja um planejamento minucioso das ações, para que a inclusão não ocorra apenas na teoria, mas que seja colocada em prática e possa atingir os objetivos traçados de buscar a igualdade social da pessoa com deficiência, oferecendo a ela as mesmas condições de aprendizagem e possibilidades que os demais alunos.

Por esses e outros sérios entraves, nossos caminhos educacionais estão se abrindo, a custa de muito esforço e da perseverança de alguns, diante da resistência de muitos. Estamos sempre travados por uma ou outra situação que impedem o desenvolvimento de iniciativas visando à adoção de posições/medidas inovadoras para a escolarização de alunos com e sem deficiência, nas escolas comuns de ensino regular e nas que oferecem serviços educacionais especializados.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos Históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada**

GOLDFELD, (1997), Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GOES, Maria Rafael Cecília de (orgs.) **Surdez processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

JUNKES, Amélia Oliveira de. **Formações de professores e condições de atuação em educação especial**. Florianópolis: Insular, 2006.

SOUZA, Regina Maria de. Língua de Sinais e educação: dizeres surdos dos séculos XVIII/XIX. **ABC Educativos**, São Paulo, n.23, p.30-33, maio 2003.